

GOVÊRNO DE MINORIA

Raul Pilla

NINGUÉM pode exigir ao povo brasileiro que, após longos anos de ditadura ainda mais longos anos de vicioso exercício do mais imperfeito dos sistemas democráticos, tenha da democracia uma concepção perfeita. Não pode êle saber o que não aprendeu e quase ninguém tem curado de ensinar-lhe. Nem é de estranhar que políticos experimentados manifestem a respeito idéias errôneas, já que as suas idéias, dado que as tenham realmente, variam com as conveniências ocasionais. O que verdadeiramente impressiona e entristece é que jornalistas e publicistas, isto é, pessoas que têm por função esclarecer o público, também denotem, a respeito de um dos temas fundamentais da civilização moderna, uma ignorância tão profunda.

Assim, tem-se acoimado de anti-democrático o projeto Afonso Arinos, de aliança de legendas. Por que anti-democrático? Porque — dizem — o cidadão vota em «A» e pode eleger «B», em vez de «A».

Aí está, exposta ao vivo, uma concepção primária, meramente personalista da democracia. Não se cogita de escolher uma tendência, um princípio, um sistema, uma solução. Não. O de que se cuida, apenas, é de eleger uma pessoa, a que fiquem incondicionalmente entregues os interesses da coletividade. Por isto, não podendo ser «A», «B» também não serve, embora seja êste, de todos os candidatos, o de tendências mais afins com as daquele.

Mantenhamo-nos, contudo, dentro desta concepção meramente personalista da democracia, aliás, perfeitamente consoante com o presidencialismo. No sistema constitucional e eleitoral vigente, o prefeito, o governador, o presidente da República pode ser, e tem sido eleito por uma minoria, à qual se opõe grande maioria. Deixamos de lado as dificuldades que tal situação acarreta e a corrupção política que provoca. Será democrático isso: a maioria governada por um homem que somente a minoria elegeu?

Com a fórmula Afonso Arinos, o cidadão vota em «A», mas sabe de antemão que pode eleger «B», o qual, por tais e tais motivos, de seu partido devidamente considerados, é de preferir a qualquer outro candidato que não «A». E assim se forma, em torno de «B», uma maioria, que o candidato «A», por si só, jamais lograria.

E, com o regime atual que sucede? O cidadão vota em «A», mas, votando em «A», nada mais faz. muitas vezes, senão eleger o anti-«A», já que não lhe é lícito manifestar preferências sucessivas.

Será isto democrático? Só o poderá ser no conceito daqueles que, na democracia, apenas vêem um meio, talvez o mais cômodo dos meios para conquistar o poder.